

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.014 - AL (2019/0167425-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**RECORRENTE** : WELLINGTON FELIPE DA SILVA (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por WELLINGTON FELIPE DA SILVA contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas que denegou a ordem no julgamento do HC n. 2092322-44.2019.8.26.0000, o qual foi assim ementado (e-STJ fl. 61):

*HABEAS CORPUS. FURTO (ART. 155, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL) E POSSE DE DROGAS PARA CONSUMO PESSOAL (ART. 28, DA LEI Nº 11.343/2006). PACIENTE SEGREGADO CAUTELARMENTE PARA GARANTIR A ORDEM PÚBLICA EM RAZÃO DA SUA CONTUMÁCIA DELITIVA. ALEGAÇÃO DE VÍCIO DE FUNDAMENTAÇÃO NO DECRETO SEGREGATIVO. NÃO VERIFICAÇÃO. ARGUMENTOS VÁLIDOS PARA DETERMINAR A PRISÃO CAUTELAR. RISCO DE REITERAÇÃO CRIMINOSA. INDIVÍDUO QUE OSTENTA CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO PELA PRÁTICA DO CRIME DE FURTO QUALIFICADO. INCIDÊNCIA DO ART. 313, INCISO II, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PRECEDENTE DO STJ. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.*

O recorrente foi preso em flagrante, no dia 25 de janeiro de 2019, convertida a custódia em preventiva, pela suposta prática do crime de furto e de porte de drogas para consumo pessoal (art. 28 da Lei n. 11.343/2006).

Irresignada com a prisão cautelar, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem. A ordem, como antes relatado, foi denegada, nos termos do acórdão de e-STJ fls. 60/66.

Nas razões do presente recurso (e-STJ fls. 73/83), a Defensoria Pública suscita a nulidade das decisões que decretaram/mantiveram a prisão

preventiva do paciente, por fundamentação inidônea (gravidade abstrata do delito), e ausência dos pressupostos legais autorizadores previstos no art. 312 do Código de Processo Penal. Afirmar que a reincidência não é motivo bastante para, por si só, justificar a necessidade da medida extrema.

Defende ser adequada a imposição de medidas cautelares alternativas, bem como a violação do princípio da homogeneidade uma vez que, em caso de eventual condenação, o recorrente fará jus a regime prisional menos gravoso do que o regime fechado.

Pugna, liminarmente e no mérito pelo relaxamento da prisão preventiva do recorrente, com a expedição de alvará de soltura.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

O Juízo processante, ao decretar prisão preventiva do paciente, destacou (e-STJ fl. 36):

*A prisão preventiva, in casu, mostra-se amplamente justificada, tendo em vista a repulsa social e a repercussão nefasta que esse tipo de crime provoca. Há de ser ressaltado que crimes dessa natureza causam severa perturbação à paz social, ocasionando grande temor à sociedade e abalando a ordem pública, sendo certo que a liberdade do autuado não se afigura recomendável sobretudo porque ostenta condenação com trânsito em julgado, consoante se depreende de consulta aos autos do processo de nº 0080192-37.2010.8.02.0001, estando em fase de execução penal no processo de nº 0033812-82.8.02.0001, encontrando-se o autuado em regime semi-aberto.*

Assim, em princípio, mas sem prejuízo da melhor apreciação da matéria, parece que a decisão impugnada encontra suporte na *necessidade da segregação cautelar para a garantia da ordem pública, a fim de evitar a reiteração delitiva* (HC n. 313.227/SP, Relator Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 12/5/2015, DJe 18/5/2015).

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do recurso ordinário em *habeas corpus*.

Ante o exposto, sem prejuízo da melhor apreciação da matéria, **indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio das principais decisões proferidas e da denúncia, além da senha para acesso às informações processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator